

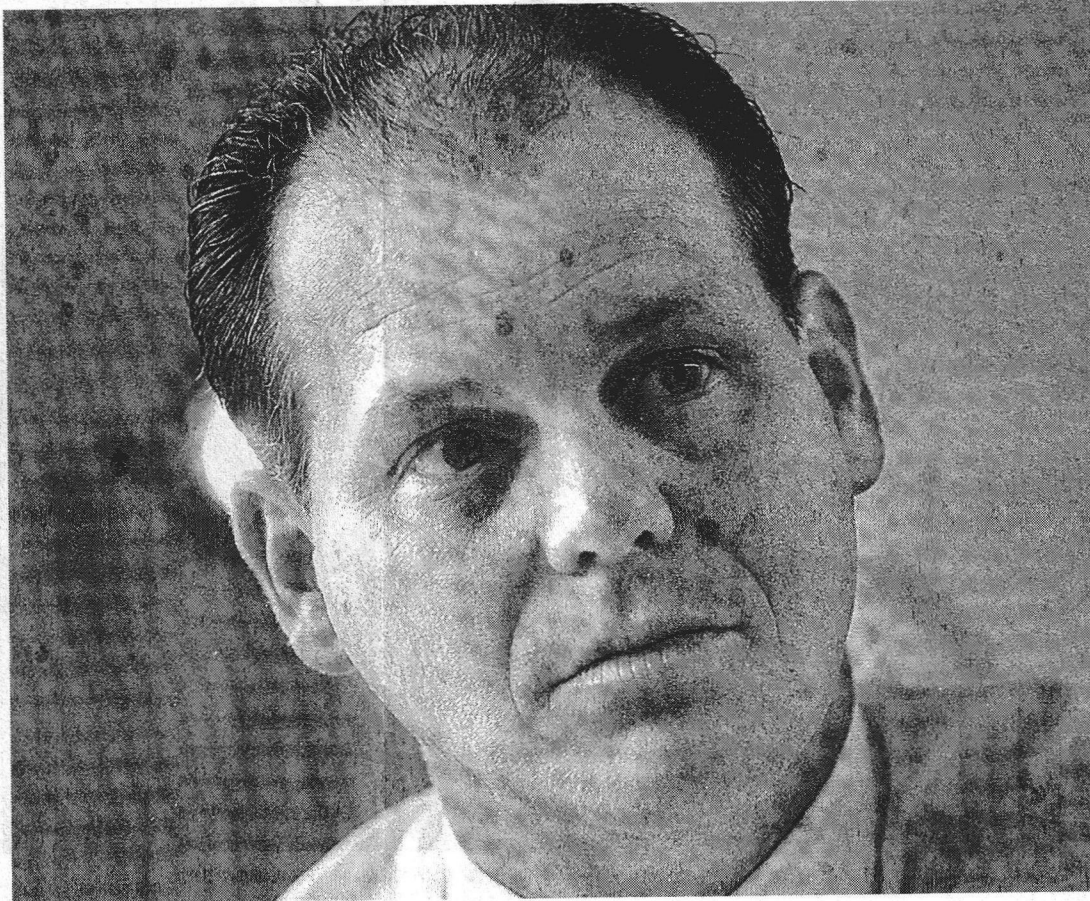
# Crises externas preocupam governo

■ Secretário de Política Econômica diz que existem limites: "O dique sustenta ou não, dependendo do tamanho da onda"

*economia Brasil*

Brasília – Fernando Bizerra Jr.

BRASÍLIA – Apesar do discurso otimista das últimas semanas, o próprio governo deixa escapar que o "fundamento econômico brasileiro" tem limites para suportar as crises externas. "O dique sustenta ou não, dependendo do tamanho da onda", avalia o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, em entrevista exclusiva ao JORNAL DO BRASIL. "A resposta que a economia brasileira deu nas últimas duas semanas mostra que o dique criado para protegê-la de turbulências está mostrando força e sustentação. Para a onda que está aí, ele funciona muito bem", afirmou. Segundo Amadeo, uma das preocupações do governo, a arrecadação da Parcela de Preço Específica (PPE) – novo nome da antiga conta petróleo – vem se modificando favoravelmente desde o reajuste dos combustíveis em fevereiro. A PPE é uma espécie de fundo formado pela diferença entre o preço internacional do petróleo importado pela Petrobras e o vendido nas bombas dos postos. Quando há déficit, como ocorreu nos dois primeiros meses do ano, aumenta a dívida do Tesouro Nacional com a Petrobras – a conta petróleo. O governo espera arrecadar R\$ 3,5 bilhões com a PPE este ano para ajudar a cumprir as metas fiscais. Sobre a oferta e a qualidade dos empregos, na sua opinião é preciso haver flexibilização da legislação trabalhista.



peças ao mercado de trabalho – sejam aqueles jovens que entrariam naturalmente, sejam aquelas pessoas que, por falta de perspectiva, haviam se retirado do mercado de trabalho e agora voltam. Normalmente são pessoas mais jovens ou então cônjuges, que não contribuem com a principal fonte de renda para a família. A População Economicamente Ativa (PEA) está crescendo a taxa de 4% ao ano, enquanto o emprego está subindo 3% no período. Então, há uma situação um pouco paradoxal com a qual conviveremos ainda pelos próximos meses em que o emprego cresce muito, mas a taxa de desemprego não cai.

– Como resolver isso?

– Isso faz parte de um processo de acomodação nessa situação de recuperação atual da economia. De novo, assim como no caso do crescimento econômico, precisamos pensar em condições de gerar emprego de médio e longo prazos. Precisamos voltar a discutir com profundidade a qualidade do emprego.

– O governo pretende levar adiante a questão da reforma da legislação trabalhista?

– O presidente da República acha que é preciso fazer uma revisão da legislação trabalhista. É exatamente a posição do ministro Dornelles. Portanto, nesse sentido, o governo tem uma posição unânime. Mas como é uma área em que há posições muitas vezes de natureza política e ideológica diferentes, a orientação é que devemos aprofundar os debates e tentar chegar próximo do que seria o consenso entre os atores relevantes – os trabalhadores, os empresários e o próprio governo – antes de avançarmos de forma mais incisiva no encaminhamento dessas questões na ótica legislativa.

– Depois das críticas às mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), parece que o governo resolveu cozinhar o tema em banho-maria. O debate está parado.

– Não é verdade. O debate caminha. Numa democracia, não adianta dar murro em ponta de faca. No momento que a sociedade perceber que esse é um tema importante. Além de gerar emprego, criará empregos melhores.

ANA D'ÂNGELO

– Após a crise na economia americana, a queda nas bolsas, a possibilidade de perda no Supremo Tribunal Federal em relação à correção das contas do FGTS, está na hora de acender um luz amarela, de advertência para economia brasileira?

– A situação internacional inspira atenção. Mas até agora a capacidade de resposta da economia brasileira tem sido muito positiva. Isto se deve a vários fatores. Temos um déficit em transações correntes que está caindo; uma política fiscal bem encaminhada; uma política de câmbio flutuante que funciona como um amortecedor em situações como essas, melhor do que a mudança no nível de reservas, além de um sistema financeiro, que é sólido graças ao Proer. A resposta que a economia brasileira deu nas últimas duas semanas mostra que o dique que está sendo criado para protegê-la de turbulências está mostrando força e sustentação. Agora, o dique sustenta ou não, dependendo do tamanho da onda.

Para a onda que está aí, funciona muito bem.

– Mas pela última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) – de retirar a tendência de baixa dos juros –, o governo retomou a situação de cautela do fim do ano passado?

– As circunstâncias mudam. O governo precisa ter sensibilidade e flexibilidade para alterar o ritmo das suas políticas, de acordo com as circunstâncias. A postura fiscal é inabalada em função dessas circunstâncias. A filosofia por trás das metas de inflação é inabalada. A política de câmbio, que é flutuante, permanece inabalada. Agora, as políticas do Banco Central são mais sensíveis e respondem no curtíssimo prazo a mudanças nas circunstâncias.

– O reajuste das tarifas da energia podem pressionar a inflação nesse momento mais sensível?

– O reajuste vem ocorrendo abaixo do esperado. Todas as indicações a respeito da inflação são no sentido muito positivo. A Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica) já reviu sua projeção

de inflação para o ano duas ou três vezes e já está projetando taxa inferior a 6% em 2000. É indicação de que nessa área nós estamos no bom caminho.

– No terceiro trimestre vai haver pressão?

– A pressão no terceiro trimestre resulta mais da própria inflação no fim do ano passado (as companhias de energia e telefone têm reajuste com base na inflação dos 12 meses anteriores). Podemos ter uma trajetória perfeitamente compatível com a meta de inflação em 2000. Mas a interferência da inflação de 1999 cria, no percurso, alguns desvios com respeito à meta.

– O governo estuda adotar medidas para eliminar subsídios do álcool para atenuar eventual reajuste da gasolina uma vez que a receita da conta-petróleo está abaixo do esperado?

– Não tenho conhecimento desse estudo. A situação da conta-petróleo vem se modificando favoravelmente desde o último reajuste há dois meses. De lá para cá, o preço do mercado futuro de dólar caiu. Trabalhamos na época com

câmbio de R\$ 1,80 e, nos últimos dois meses, tem fechado abaixo desse valor, o que favorece o resultado da conta-petróleo. Diria que esse é um ponto de pressão menos significativo hoje do que foi no início do ano.

– Está mantida a posição do ministério de aguardar até junho para decidir se haverá reajuste de combustível?

– Nada antes de junho. Mas as pressões para que haja algum tipo de reajuste ou sobre o tamanho do reajuste têm sido cada vez menores, em função do preço internacional do petróleo e do próprio comportamento do câmbio.

– O governo fala em crescimento de 4% da economia este ano. Os analistas do mercado falam em percentual entre 3% e 3,5%, no máximo. Como se explica essa diferença de previsão?

– Nos últimos meses, os analistas do setor privado têm se aproximado da previsão do governo que, desde o fim do ano passado, tem dito que é possível um crescimento da ordem de 4%. As previsões de analistas privados têm se apro-

ximado, aos poucos, dessa ordem de grandeza. Mas eu insisto que, por mais que a palavra do secretário de Política Econômica seja considerada importante, essa não é a discussão fundamental. O fundamental é se essa economia é capaz de crescer 3%, 3,5% ou 4% ao longo de vários anos. A nossa discussão não é saber se eu vou acertar ou errar a previsão sobre taxa de crescimento no ano 2000. O importante é saber se o governo, junto com o Congresso e com o apoio da sociedade, está ou não criando as condições para que a economia cresça 3,5%, 4% ou 4,5% ao longo de quatro, cinco ou seis anos. Isso seria muito mais relevante do que o crescimento do ano 2000.

– Em relação ao emprego, o que os trabalhadores podem esperar para este ano?

– Acho que os últimos meses têm sido positivos. Temos gerado empregos nesse período mais do que foram criados nos últimos três anos. A taxa de crescimento do emprego gira hoje um pouco acima de 3%. Mas há uma volta muito forte de